

Proposta é refinanciar US\$ 57 bi

Os governos estaduais entregaram ontem ao Ministério da Fazenda a proposta de dez pontos para o refinanciamento da dívida de US\$ 57 bilhões (Cr\$ 462 trilhões) que mantêm com a União. Entre outras reivindicações, os Estados querem refinanciar em separado as dívidas mobiliária e as dos setores de energia elétrica e saneamento básico. Querem também diminuir de 11% para 7% o limite de comprometimento de suas receitas líquidas com a rolagem das dívidas.

A proposta foi entregue por um grupo de dez secretários estaduais de Fazenda e Finanças ao assessor especial do Ministério da Fazenda, Paulo Roberto Barros e Souza, que

recebeu do ministro Gustavo Krause a tarefa de cuidar exclusivamente da rolagem da dívida dos Estados. Souza será o principal negociador do governo, no âmbito técnico, junto aos governos estaduais.

Desta forma, Krause atendeu a uma das dez reivindicações apresentadas ontem. "Precisamos ter um único interlocutor em nível técnico para negociar mais rapidamente com o governo", disse o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Oriom Herter Cabral, após a reunião. O ministro Gustavo Krause conduzirá as negociações no campo político, dialogando diretamente com os governadores e com

os congressistas.

Outro ponto reivindicado pelos Estados é a mudança da data limite para a consolidação das dívidas. Os governos estaduais desejam que entrem no refinanciamento os débitos vencidos até primeiro de janeiro de 1993, e não até primeiro de setembro de 1991. Esta última data foi fixada pela Lei 8.388 (dezembro de 1991), que estabeleceu as normas para o refinanciamento dos US\$ 57 bilhões.

Esta lei perderá a validade em 31 de dezembro de 1992, mas até agora nenhum Estado assinou contrato de rolagem de suas dívidas junto a União.